

Atlas Brasil
Comercializadora
de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.S. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 31 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	19.897	404	Fornecedores	13	99.637	25.585
Contas a receber	8	159.562	57.780	Obrigações sociais e trabalhistas	14	63.676	44.335
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.188	878	Obrigações fiscais		2.103	488
Impostos a recuperar		169	157	Passivo de arrendamentos	10	2.265	1.977
Adiantamento a fornecedores	9	14.819	1.246	Outras contas a pagar	13	4.899	14
Despesas antecipadas		1.952	10				
Outras contas a receber		896	860	Total do passivo circulante		172.580	72.399
Total do ativo circulante		198.483	61.335	Passivo de arrendamentos	10	3.691	5.956
Outras contas a receber		-	645	Total do passivo não circulante		3.691	5.956
Ativo de direito de uso	10	5.420	7.631				
Imobilizado	11	7.282	8.121	Patrimônio líquido	15		
Intangível	12	38.074	55.948	Capital social		389.815	211.827
Total do ativo não circulante		50.776	72.345	Prejuízos acumulados		(316.827)	(156.502)
				Total do patrimônio líquido		72.988	55.325
Total do ativo		249.259	133.680	Total do passivo e patrimônio líquido		249.259	133.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	16	430.553	85.797
Custos de operação	17	<u>(395.611)</u>	<u>(88.712)</u>
Lucro bruto		<u>34.942</u>	<u>(2.915)</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(170.768)	(95.787)
Outras despesas operacionais	18	<u>(17.027)</u>	<u>(6.040)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(152.853)</u>	<u>(104.742)</u>
Receitas financeiras	19	1.550	5.288
Despesas financeiras	19	<u>(9.022)</u>	<u>(1.428)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(7.472)</u>	<u>3.860</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(160.325)</u></u>	<u><u>(100.882)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(160.325)</u>	<u>(100.882)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(160.325)</u></u>	<u><u>(100.882)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Prejuízos Acumulados	Total
		Capital social	Capital a subscrever		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		100.333	501	(55.620)	45.214
Integralização de capital	15.a	111.494	-	-	111.494
Subscrição de capital social	15.a	-	(501)	-	(501)
Prejuízo do exercício		-	-	(100.882)	(100.882)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		211.827	-	(156.502)	55.325
Integralização de capital	15.a	177.988	-	-	177.988
Subscrição de capital social	15.a	56.720	-	(56.720)	-
Prejuízo do exercício		-	-	(160.325)	(160.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		446.535	-	(316.827)	72.988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(160.325)	(100.882)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades financeiras:			
Depreciação	11	2.193	2.208
Amortização do direito de uso	10	2.211	-
Baixa de intangível	12	17.874	-
Juros sobre passivo de arrendamento	10	929	554
Baixa de imobilizado	11	272	2.320
Resultado ajustado		(136.846)	(95.800)
Redução / (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(36.899)	(25.093)
Contas a receber de partes relacionadas		(64.883)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(310)	87
Impostos a recuperar		(12)	(535)
Adiantamento de fornecedores		(13.573)	(84)
Outras contas a receber		609	(852)
Despesas antecipadas		(1.942)	-
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		74.052	5.413
Obrigações fiscais		1.615	204
Obrigações sociais e trabalhistas		19.341	17.274
Outras contas a pagar		4.885	(32)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(153.963)	(99.418)
Pagamento de juros de arrendamento	10	(929)	(554)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(154.892)	(99.972)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Transferência de ativos por meio de cessão onerosa	11	-	2.192
Aquisição ao intangível	12	-	(101)
Aquisição ao imobilizado	11	(1.626)	(47.378)
Caixa líquido aplicado pelas atividade de investimento		(1.626)	(45.287)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento	10	(1.977)	(988)
Integralização de capital	14.a	177.988	110.993
Caixa líquido gerado pelas atividade de financiamento		176.011	110.005
Aumento / (Redução) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		19.493	(35.254)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	404	35.658
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	19.897	404
		19.493	(35.254)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. (“Companhia”), constituída na forma de sociedade de capital limitado, domiciliada no Brasil. A sede da Companhia encontra-se na Avenida Eng. Luiz Carlos Berrini, 105, cond. 71 e 30vg bloco 4, Edifício One Berrini São Paulo, Estado de Minas Gerais.

A Companhia tem como controlador a Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda. com participação de 100,00% do capital social da Companhia. e tem como controlador final a GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia atua como comercializadora de energia com foco na gestão estruturada do portfólio de ativos de geração de energia renovável. O modelo de negócios da comercializadora está fundamentado na otimização e alocação eficiente da energia contratada, buscando maximizar a previsibilidade de resultados e a mitigação de riscos. O resultado operacional positivo de R\$ 34.942 em 2025 refere-se a operações de compra e venda de energia baseado em posições assumidas que possuem lastro físico ou contratual, mantendo aderência aos volumes efetivamente disponíveis no portfólio. Reforçamos que a Companhia não adota estratégias de trading direcional no mercado de energia, as operações são pautadas por uma abordagem conservadora e disciplinada de gestão. A gestão do portfólio contempla:

- A gestão de contratos de compra e venda de energia no longo prazo;
- O balanceamento entre geração e consumo, com foco na redução de exposições ao mercado de curto prazo;
- A otimização de receitas por meio da alocação eficiente de recursos; e
- O monitoramento contínuo de riscos de mercado, crédito e liquidez.

Adicionalmente, a Companhia adota políticas rigorosas de gestão de risco, incluindo limites operacionais, avaliação de contrapartes e acompanhamento permanente das condições de mercado. Esse conjunto de práticas reforça a resiliência do modelo de negócios, reduzindo a volatilidade dos resultados e assegurando maior estabilidade de fluxo de caixa. Dessa forma, a atuação da Companhia está alinhada a uma estratégia de preservação de valor e sustentabilidade financeira no longo prazo, suportada pela robustez do Grupo e de seus ativos renováveis e por uma gestão prudente e eficiente de seu portfólio energético.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 11:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 11:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Intangível - nota explicativa nº 12:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 21:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, após todas adições e exclusões.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Companhia. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

a. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(i) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada pela administração da Companhia, no qual de ativos operacionais fluirá em benefícios econômicos, conforme quadro abaixo:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Equipamento de informática e telecomunicação	5 anos

A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem ao escritório no qual a Companhia está sediada.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,72% a.a.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

h. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

i. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

(c) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** A Companhia e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.

- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements – PPAs), a Companhia conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Depósitos bancários (a)	2.384	404
Aplicações financeiras curto prazo (b)	17.513	-
Total de Caixa e equivalente de caixa	19.897	404

(a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 98% (92% em 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

8 Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber de clientes – Receita ACL (a)	86.083	6.187
Outras contas a receber (b)	8.595	46.714
Contas a receber de partes relacionadas (c)	64.883	4.879
	159.562	57.780

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme nota explicativa nº 1.
- (b) Do valor de outras contas a receber, o montante de R\$ 8.595 (R\$ 44.229 em 2024) refere-se a custos de desenvolvimento incorridos pela Companhia aos quais serão posteriormente distribuídos entre as companhias do grupo as quais irão ressarcir a Companhia durante o exercício de 2026.
- (c) Refere-se ao saldo de contas a receber de custos de desenvolvimento de projeto e despesas compartilhadas com partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 20.

A Companhia entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

9 Adiantamento a fornecedores

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores (i)	14.819	1.246
	14.819	1.246

- (i) A maior parte desta rubrica se refere a um pagamento realizado junto a parte relacionada Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A, no montante de R\$ 10.738.

10 Ativo de direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contrato de escritórios onde a sede da Companhia está instalada.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	Amortizações	31/12/2025
Ativo de direito de uso			
Arrendamento aluguel escritório	7.631	(2.211)	5.420
	7.631	(2.211)	5.420
Total do ativo			

	31/12/2023	Adição	Amortizações	31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento aluguel escritório	3.739	5.049	(1.157)	7.631
Total do ativo	3.739	5.049	(1.157)	7.631

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	5.956	7.933
Total	5.956	7.933
Circulante	2.265	1.977
Não circulante	3.691	5.956

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

2025						
	Valor líquido em 2024	Adição	Pagamentos	Juros pagos	Juros incorridos	Valor líquido em 2025
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Escritório	7.933	-	1.977	929	929	5.956
Total	7.933	-	1.977	929	929	5.956
2024						
	Valor líquido em 2023	Adição	Pagamentos	Juros pagos	Juros incorridos	Valor líquido em 2024
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Escritório	3.872	5.049	(988)	(554)	554	7.933
Total	3.872	5.049	(988)	(554)	554	7.933

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de R\$ 12,72% a.a.

11 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	31.12.2023	Adições	Cessão onerosa (ii)	31.12.2024	Adições	Baixa	31.12.2025
Imobilizado em andamento (i)	18.253	47.533	(2.192)	5.438	85	-	5.523
Benfeitorias	4.610	-	-	4.610	704	-	5.314
Equipamento de informática	178	-	-	178	837	(272)	743
Total do imobilizado	23.041	47.533	(2.192)	10.226	1.626	(272)	11.580
Depreciação acumulada:	31.12.2023	Adições	Cessão onerosa (ii)	31.12.2024	Adições	Baixa	31.12.2025
Benfeitorias	(1.025)	(1.025)	-	(2.050)	(2.112)	-	(4.162)
Equipamentos de informática	(29)	(26)	-	(55)	(81)	-	(136)
Total da depreciação acumulada	(1.054)	(1.051)	-	(2.105)	(2.193)	-	(4.298)
Total do imobilizado	21.987	46.327	(2.192)	8.121	(567)	(272)	7.282

- (i) Refere-se a imobilizado em andamento referente a reforma do escritório da Companhia
- (ii) Refere-se a aquisição de imobilizado realizado pela Companhia baixado mediante cessão onerosa para as seguintes empresas:

Empresas	2024
Draco 1 Energia SPE Ltda.	(209)
Draco 2 Energia SPE S.A.	(209)
Draco 3 Energia SPE S.A.	(209)
Draco 4 Energia SPE Ltda.	(209)
Draco 5 Energia SPE Ltda.	(209)
Draco 6 Energia SPE Ltda.	(209)
Draco 7 Energia SPE Ltda.	(209)
Draco 8 Energia SPE Ltda.	(209)
Draco 9 Energia SPE Ltda.	(209)
Draco 10 Energia SPE Ltda.	(208)
Draco 11 Energia SPE Ltda.	(103)
	(2.192)

Com base em fatores internos e externos, a Administração da Companhia não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2025.

12 Intangível

A Companhia promove o desenvolvimento de novos negócios relacionadas a geração e comercialização de energia elétrica. Por este motivo, os gastos inerentes a estes projetos são classificados como ativos intangíveis.

Custo de aquisição:	2024	Baixas	2025
Projetos em desenvolvimento	55.948	(17.874)	38.074
Total do imobilizado	55.948	(17.874)	38.074

A Companhia procedeu com a baixa de parte de seus projetos em desenvolvimento, por entender que tais ativos não possuem mais capacidade para geração de fluxo de caixa futuro.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

	2025	2024
Contratação de serviços	4.657	4.509
Compra de energia (a)	61.691	6.510
Fornecedores partes relacionadas (b)	33.289	14.566
Total de fornecedores	99.637	25.585
Outras provisões (c)	4.899	14
Total de fornecedores e outras contas a pagar	104.536	25.599

(a) Compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

(b) Conforme nota explicativa 20.

(c) Refere-se a outros serviços a faturar.

As informações sobre a exposição de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 21.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	2025	2024
Provisão para bônus (i)	47.210	31.052
Provisão para férias e encargos	11.528	9.283
Encargos trabalhistas	4.938	4.000
Total	63.676	44.335

(i) A provisão de bônus aos funcionários é definida de acordo com métricas individuais definidas pela Companhia.

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 446.535 (R\$ (211.827 em 31 de dezembro de 2024), representado por 446.535 ações (211.827 em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal.

A Companhia integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 capital social no montante de R\$ 177.988 (R\$ 110.993 ao longo de 2024), por meio de transferência bancária realizada pela controladora, Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda. Adicionalmente, foi subscrito o montante de R\$ 56.720 (R\$ 501 em 31 de dezembro de 2024).

16 Receita líquida operacional

A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do período:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita contrato de energia (ACL)	384.702	77.013
Receita partes relacionadas(a)	89.318	17.824
Outras receitas	653	-
Receita bruta total	474.673	94.837
Impostos sobre venda	(44.120)	(9.040)
Total da receita operacional líquida	430.553	85.797

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa 20.

Durante o exercício de 2025, a Companhia comercializou o montante de R\$ 3.815 GW (573 GW em 2024).

17 Custo de operação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Compra de energia para revenda	(303.894)	(84.620)
Compra de energia de partes relacionadas (a)	(87.001)	(778)
Depreciação e amortização	(4.404)	(2.208)
Operação e manutenção	-	(183)
Compromissos sociais e ambientais	(23)	(11)
Encargo de uso da rede de energia elétrica	(53)	(20)
Custos de locação de terras	(30)	-
Seguros	(2)	(13)
Serviços técnicos	(123)	12
Custo de aporte em garantia	(81)	(891)
Total	(395.611)	(88.712)

(a) Conforme nota explicativa nº 20.

18 Despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais

Despesas gerais e administrativas	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas com pessoal (a)	(121.907)	(59.081)
Contabilidade e auditoria (b)	(474)	(322)
Assessoria e advogados (b)	(12.980)	(11.947)
Impostos e taxas	(801)	(1.127)
Serviços técnicos	(4.796)	(3.774)
Internet e comunicação	(5.004)	(2.284)
Propaganda e publicidade	(1.318)	(848)
Licenças e despesas regulatórias	(9.609)	(4.623)
Despesas consumo do escritório	(734)	(2.149)
Despesas com viagens	(8.981)	(10.530)
Despesas com aluguel e condomínio	(1.805)	(566)
Despesas compartilhadas (c)	-	4.189
Outros	(2.359)	(2.725)
Total	(170.768)	(95.787)
Outras receitas e despesas operacionais	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Baixa de projetos não realizados (e)	(17.874)	(3.260)
Baixa de imobilizado (d)	(272)	(2.320)
Outras despesas e receitas	1.119	(460)
Total	(17.027)	(6.040)

- (a) Em 2025, os custos com pessoal aumentaram em relação a 2024, principalmente porque houve menor capitalização desses custos em projetos. Em 2024, vários projetos permitiram capitalização, enquanto em 2025 isso se limitou às etapas finais de Luiz Carlos e Draco, sem novos projetos em implantação. Também contribuíram para o aumento o dissídio coletivo e a reestruturação organizacional, que gerou despesas com rescisões trabalhistas.
- (b) As despesas com serviços são relativas a gastos com auditoria, advocacia, contabilidade e demais consultorias.
- (c) Referem-se a despesas compartilhadas com partes relacionadas. (conforme nota explicativa nº 20).
- (d) Conforme nota explicativa nº 11.
- (e) Baixa decorrente de projetos descontinuados, conforme nota explicativa nº 12.

19 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2025	2024
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.548	1.495
Variação cambial ativa	2	3.793
	1.550	5.288
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(152)	(130)
Carta de crédito	(3.211)	(672)
Variação cambial passiva	(4.730)	(72)
Juros sobre arrendamentos	(929)	(554)
	(9.022)	(1.428)
Resultado financeiro, líquido	(7.472)	3.860

20 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Energia Renovável do Brasil Holding Ltda. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários, benefícios monetários e bônus. Para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram pagos a títulos de salários e bônus o montante de R\$ 3.617 (R\$ 3.603 em 31 de dezembro de 2024).

c. Operações com partes relacionadas

	<u>Contas a receber</u> 31/12/2025	<u>Contas a Pagar</u> 31/12/2025	<u>Receita / (Despesa)</u> 31/12/2025
<i>(i) Operações intercompany - Nacional</i>			
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda	-	-	112
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda	-	-	112
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda	-	-	112
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda	-	-	112
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE LTDA	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE LTDA	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE LTDA	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE LTDA	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE LTDA	-	-	312
Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia S.A.	-	-	132
Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia S.A.	4	-	47
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	30	-	198
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	-	-	182

Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a Pagar</u>	<u>Receita / (Despesa)</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<i>(i) Operações intercompany - Nacional</i>			
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	-	-	182
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	14	-	182
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	210
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE LTDA	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE LTDA	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE LTDA	-	-	312
Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia Ltda	-	-	312
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE LTDA	-	-	15
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	1.494	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE LTDA	1.494	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE LTDA	1.494	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE LTDA	1.494	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE LTDA	1.494	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE LTDA	1.494	-	-
Vista Alegre Vii Energia Spe Ltda.	-	-	181
Vista Alegre I Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Ii Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Iii Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Iv Energia Spe Ltda	-	-	166
Vista Alegre V Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Vi Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Viii Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Ix Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre X Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Xi Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Xii Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Xiii Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Xiv Energia Spe Ltda	-	-	181
Vista Alegre Xv Energia Spe Ltda	30	-	181
Vista Alegre Xvii Energia Spe Ltda	-	-	204
Vista Alegre Xviii Energia Spe Ltda	-	-	204

Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a Pagar</u>	<u>Receita / (Despesa)</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<i>(i) Operações intercompany - Nacional</i>			
Vista Alegre Xix Energia Spe Ltda	-	-	204
Vista Alegre Comercializadora De Energia S.A.	19.812	20.346	(2.220)
Atlas Brasil Energia Holding 4 Ltda	-	-	210
Catarina 5 Energia Spe Ltda.	230	-	-
Draco 1 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 2 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 3 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 4 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 5 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 6 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 7 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 8 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 9 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 10 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Draco 11 Energia Spe Ltda.	2.038	-	-
Total	51.502	20.346	5.826
	<u>Contas a receber</u>	<u>Contas a Pagar</u>	<u>Receita / (Despesa)</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
<i>(ii) Operações intercompany - Internacional</i>			
Atlas Renewable Energy Chile SpA	-	1.920	-
Javiera SpA	5	-	-
Chungungo S.A.	102	-	-
Estepa Solar SPA	166	-	-
Alhambra Solar SPA	55	-	-
Atlas Energia SpA	1.181	-	-
Atlas Holding Chile Dos SpA	655	3.822	-
Atlas Renewable Energy Spain S.L.U	132	-	-
Atlas Renewable Energy Mexico S. DE R.L DE CV	2.980	981	-
Vega Solar 6 Sapi de C.V	33	-	-
Atlas Renewable Energy USA, LLC	113	6.220	-
COLIDIM S.A	77	-	-
JOLIPARK S.A	15	-	-
Hydro Rein Boasorte Holding B.V	7.755	-	3.148
Acierta Energia SpA	17	-	-
Copiapo Energia Solar SpA	2	-	-
Atlas Renewable Energy Colombia SAS	93	-	-
Total	13.381	12.943	3.148
Operação Intercompany (i+ii)	64.883	33.289	8.974

A Companhia detém contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com as Companhias do Grupo. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais advocatícias e seguros; e
- Custo de imobilizado

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2025		2024	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.513	2.384	-	404
Contas a receber	8	-	159.562	-	57.780
Outras contas a receber	8	-	896	-	1.505
Total		17.513	162.842	-	59.689
Passivos					
Fornecedores	14	-	99.637	-	25.585
Passivo de arrendamento	10	-	5.956	-	7.933
Outras contas a pagar	14	-	4.899	-	14
Total		-	110.492	-	33.532

	Nível hierárquico do valor justo	2025		2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	19.897	19.897	404	404
Contas a receber	Nível 2	159.562	159.562	57.780	57.780
Outras contas a receber	Nível 2	896	896	1.505	1.505
Total		180.355	180.355	59.689	59.689
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	99.637	99.637	25.585	25.585
Passivo de arrendamento	Nível 2	5.956	5.956	7.933	7.933
Outras contas a pagar	Nível 2	4.899	4.899	14	14
Total		110.492	110.492	33.532	33.532

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

<u>Tipo</u>	<u>Técnica de avaliação</u>	<u>Inputs significativos não observáveis</u>
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	19.897	404
Contas a receber	159.562	57.780
Outras contas a receber	896	1.505
Total transações no resultado	180.355	59.689

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	99.637	99.637	99.637	-	-	-
Passivo de arrendamento	8.590	5.956	3.094	1.805	-	-
Outras contas a pagar	4.899	4.899	4.899	-	-	-
	108.227	110.492	107.630	1.805	-	-

31 de dezembro de 2024

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	25.585	25.585	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	7.933	6.979	1.813	4.056	1.110	-
Outras contas a pagar	14	14	-	-	-	-
	33.532	32.578	1.813	4.056	1.110	-

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Companhia é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

22 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

23 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores	12	-	25.585
Aquisição de imobilizado	11	-	(25.585)

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *